

Ensinar História em tempos digitais: as potencialidades pedagógicas do ensino a partir dos fixos virtuais

Adauto Guedes Neto¹

Resumo: O trabalho em tela parte da premissa que a relação do digital com os saberes em sala de aula é algo cada vez mais necessário e pertinente ao ensino de História. Sendo assim, nosso objetivo é analisar o uso de documentos digitalizados disponíveis em ambientes de pesquisas digitais, os fixos virtuais, ou seja, sites e plataformas digitais, como estratégia didática de potencialização pedagógica do ensino de história, tendo em vista seu diálogo com novos padrões culturais advindo das inovações tecnológicas componentes da denominada sociedade digital.

Palavras-chave: Ensino de História; História Digital; Educação.

¹ Doutor em História-UFPE e Professor Adjunto de História da Universidade de Pernambuco - UPE, campus Petrolina. É coordenador do Grupo de Estudos de História Contemporânea e do Tempo Presente -NUNTEMP. E-mail: adauto.guedes@upe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6579-3388>

Ensinar História em tempos digitais: as potencialidades pedagógicas do ensino a partir dos fixos virtuais

NETO, A. G.

Enseñar Historia en tiempos digitales: el potencial pedagógico de la enseñanza desde pupitres virtuales

Resumen: El trabajo en pantalla parte de la premisa de que la relación entre lo digital y el conocimiento en el aula es algo cada vez más presente y pertinente en la enseñanza de la Historia. Por lo tanto, nuestro objetivo es analizar el uso de documentos digitalizados disponibles en entornos digitales de investigación, en sitios web y plataformas digitales, como estrategia didáctica para la mejora pedagógica de la enseñanza de la historia, teniendo en cuenta su diálogo con los nuevos estándares culturales surgidos de las innovaciones tecnológicas que lo componen de la llamada sociedad digital.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Historia Digital; Educación.

Introdução

Para quem acompanhou a educação na virada do século XX ao XXI, seja na qualidade de pesquisador ou de professor, pode presenciar as recorrentes cobranças no desenvolvimento de aulas que explorassem as novas tecnologias. Estas, em sua grande maioria, relacionadas ao uso de conteúdos em diálogo com a informática, computadores e *internet*.

As tecnologias já faziam parte da rotina docente, dos mimeógrafos, passando pelos retroprojetores de lâminas transparentes aos atuais projetores de audiovisual. Ou seja, as tecnologias através de filmes, televisores, aparelhos *dvds*, para citar outros exemplos, eram utilizados como recursos didáticos, mas havia um apelo para que se oportunizassem aulas para o contato com a informática. Não por acaso, salas de informática foram implantadas em escolas públicas e a informática passou a fazer parte da matriz curricular, caso do estado de Pernambuco.

Ao passo que a civilização digital^I foi se consolidando, os laboratórios de informática que funcionavam com as precariedades que muitas vezes lhes são comuns, quais sejam, boa parte não funcionava por estarem quebrados e seus consertos eram demorados, não havia *internet* etc, os dispositivos móveis foram ficando mais acessíveis e tais espaços de computação nas escolas se tornaram obsoletos. Neste ponto, verificamos a ascensão dos usos de telefones celulares nas escolas e os fechamentos de salas de informática nas mesmas.

Se o uso das tecnologias digitais eram uma exigência para que o professor se ambientasse em seu tempo, o telefone celular, nas mãos do segmento discente acabou sendo um problema que precisou ser regulamentado, como ocorreu em Pernambuco através da Lei 15.507/2015 que, dentre outros aspectos, “proíbe o uso de aparelhos celulares e equipamentos eletrônicos nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, no âmbito do Estado de Pernambuco”^{II}.

Nosso ponto de análise parte de tal estranhamento, aproximações e distanciamentos que permeiam o mundo digital. De um ambiente que aproxima quem está a quilômetros de distância e que afasta estando próximo, que informa, mas que também pode desinformar.

Ultimamente tem sido recorrente o uso dos meios digitais para propagar mentiras e negacionismos. Não que isso seja prerrogativa do universo digital e não ocorrera antes através de outros canais de informações, mas sua intensidade e impactos recentes nos faz refletir sobre a necessidade da escola e seus professores utilizarem tais ferramentas para fazerem o contraponto no chão da sala de aula. Pois, conforme afirma Barros:

Em um mundo virtual que oferece a todos um indefinível e mutável labirinto de informações e discursos – trazendo práticas que podem não apenas informar, mas também desinformar, distorcer e deformar [...] é crucial dotar a sociedade de capacidade crítica à altura desta variedade discursiva e informacional”.^{III}

Couto Neto^{IV}, destacou o episódio que envolveu a articulação pela Marcha da Família com Deus, em defesa da vida, da liberdade, da pátria e da democracia, contra o comunismo, ocorrida em 2013 em São Paulo, do qual tinha por objetivo defender a intervenção militar no Brasil. O chamado para o evento teve mais de 600 compartilhamentos via *Facebook*.

Há quatro anos, em 2019, o grupo *Brasil Paralelo* lançou o documentário 1964: o Brasil entre armas e livros. Conforme mencionou reportagem do *Portal UOL*, o documentário, dentre outros aspectos, “relativiza a repressão policial inferindo que ela não era excessiva. Os produtores admitem ter havido tortura durante o regime militar, mas frisam que ela acontecia de ambos os lados no ambiente de “guerra civil” que instaura no país”^V. Mas, como já foi bastante explorado pela

historiografia que trata do golpe e ditadura, o documentário apresenta uma falsa equivalência.

A polêmica em torno do lançamento do controverso documentário o fez ser cancelado em várias salas de cinema por todo o Brasil, mas no canal do *Youtube do Brasil Paralelo* é o documentário mais visto com 11 milhões de visualizações. Isso significa mais do que o dobro da média dos outros documentários vistos no mesmo canal.

Os casos de uso do ambiente virtual para propagar e difundir negacionismos históricos são inúmeros. Os casos aqui citados servem para exemplificar a sua existência e como os mesmos são potencializados pelas plataformas digitais.

Sendo assim, propomos discutir o uso do ambiente digital em sala de aula para se contrapor aos negacionismos cada vez mais constantes nas redes virtuais de comunicação. E, pensando a ditadura militar ocorrida no Brasil entre 1964 e 1985, como um dos temas mais destacados nas ofensivas negacionistas, este é o período que abordaremos para demonstrar um dos caminhos metodológicos para o uso do digital no ensino de história.

Para tanto, pensando o Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, como fixo virtual, ou seja, “*blogs, sites, redes sociais de todos os tipos, navegadores e sites de buscas, arquivos e bibliotecas digitais disponibilizados aos que percorrem a rede*”^{vi}, no caso do SIAN, *site* que disponibiliza arquivos digitalizados do período da ditadura brasileira, tais como: dossiês, inquéritos policiais, fotografias, recortes de jornais, correspondências internas entre os Centros de Informações do aparelho repressor de então, dentre vários outros documentos que auxiliam o professor e a professora de História no planejamento e realizações de aulas que possam aproximar alunos e alunas da realidade vivida por brasileiros e brasileiras, estrangeiros e estrangeiras, sob olhar atento, vigilante

e condenatório do estado brasileiro num dos períodos mais nebulosos da História do Brasil.

A história, o digital e o ensino

Antes de quaisquer considerações, é importante destacar que, existe uma relação entre a história, o ensino de história e o digital, antes e depois do contexto da covid-19 ocorrida no mundo a partir de 2020, ano que a Organização Mundial da Saúde (OMS) a caracterizou como pandemia.

Não negaremos o uso das tecnologias como ferramentas pedagógicas utilizadas antes do recorte temporal que mencionamos, mas não há dúvidas que a pandemia fez a comunidade acadêmica e os espaços da docência, repensarem suas pesquisas e práticas. No caso dos primeiros, sobre o tema de ensino e o uso dos meios virtuais e digitais, e os segundos ao reinventarem suas estratégias didáticas para o enfrentamento às demandas escolares durante a pandemia.

Isto posto, mencionaremos alguns posicionamentos dos historiadores sobre a questão das ferramentas tecnológicas, especificamente do uso da *internet*, seus impactos e os desafios para o campo da pesquisa em história e do ensino.

Dentre os desafios, Darnton alertou para a difusão de informações inverídicas ao destacar que “mais de um milhão de *blogs* foram criados nos últimos anos. Proporcionaram o surgimento de uma coleção riquíssima de histórias sobre a difusão de informações incorretas, algumas das quais soam como lendas urbanas”^{vii}. A aproximação da História ao ambiente digital, seja através de estudos acadêmicos para compreender a sociedade a partir dessa nova realidade, seja para compreender o referido ambiente como lugar de produção da história e ferramenta de ensino, gerou descobertas de potencialidades da mesma para o bem e para o mal, conforme destacado por Darnton ao mencionar a *internet* como espaço de difusão de falsas informações.

Ao analisar um dos principais sites de buscas da *internet*, o *Google*, Chartier chama a atenção que nas pesquisas realizadas “temos um mundo de fragmentos descontextualizados, justapostos, indefinidamente reconstituíveis, sem que seja necessária ou desejável a compreensão da relação que os inscrevia na obra da qual tenham sido extraídos”^{viii}. O volume de informações e os fragmentos descontextualizados, conforme afirmou Chartier, é um dos grandes desafios para quem trabalha com as informações oriundas dos sites de buscas e das quais, de fato, não podem deixar de ser consideradas.

Para tanto, se de acordo com o que Le Goff afirmou, “nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado”^{ix}, de tal forma as informações virtuais e digitais, devem ser analisadas com tal rigor. Tais informações não podem ser vistas como verdades absolutas, mas estudadas a partir da confrontação entre as diferentes fontes e formas de informar.

Se os desafios e cuidados do ensino de história na relação com o mundo digital são enormes, isso não pode ser entendido como impeditivo para a aproximação das aulas com tal universo. Pelo contrário, o ciberespaço^x é uma fonte inesgotável de possibilidades.

Para Almeida^{xi}, o fato de mesmo a *internet* sendo um ambiente inesgotável de fontes históricas, em pleno séc. XXI, os historiadores se valem tão pouco da mesma. Para ele, uma das explicações está na tradição da pesquisa no documento escrito, oficial, e a falta de uma discussão teórico-metodológica sobre o assunto. Se pensarmos no espaço de sala de aula, as dificuldades citadas por Fábio Chang de Almeida são ainda maiores, uma vez que, ainda são escassas as formações continuadas sobre o uso de tais tecnologias e principalmente pela falta de estrutura e conectividade ao se tratar da educação pública municipal.

Segundo o censo escolar de 2020,

Quando se trata do ensino fundamental, a rede escolar dos municípios, maior ofertante também nessa etapa de ensino, é a que tem a menor capacidade tecnológica. Nesse caso, 9,9% das escolas possuem lousa digital, 54,4% têm projetor multimídia, 38,3% dispõem de computador de mesa, 23,8% contam com computadores portáteis, 52,0% possuem internet banda larga e 23,8% oferecem internet para uso dos estudantes.^{xii}.

Acreditamos que os dados expostos pelo censo de 2020 tenham tido alguma melhora em detrimento das necessidades impostas pela pandemia da covid-19, mas não resta dúvidas que a utilização das ferramentas tecnológicas digitais na rede pública de ensino ainda é inferior às suas reais necessidades e a demanda da sociedade digital.

Muito embora venha crescendo o número de brasileiros com uso de *internet*, cerca de 80% da população tem acesso, com uso preferencial via telefone celular, ainda é alto o número daqueles que não tem acesso – cerca de 40 milhões de brasileiros, de acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE^{xiii} em referência ao ano de 2019.

As estratégias educacionais adotadas durante a pandemia, de ensino remoto, por exemplo, demonstraram que não havia um projeto de formação continuada para professores e, portanto, tal categoria teve que se reinventar em relação ao uso de tecnologias e recursos digitais diante da emergência de então. Vejamos o depoimento de uma professora citada em matéria de 2020: “dei um escândalo na escola, porque não sei usar tantos recursos digitais. É muita ferramenta: centro de mídia, *Teams*, *Google Classroom*. O professor fica maluco. Estou no meu limite, o dia todo conectada, não dá para continuar assim. É muita pressão, muita mudança^{xiv}. Muito embora em tal período o crescimento da população em contato com ferramentas digitais e uso da *internet* era uma realidade, seu uso voltado para a educação não acontecia no mesmo ritmo.

A pandemia obrigou o poder público a acelerar o processo de informatização nas escolas e a expandir a rede de *internet* com melhor capacidade para o trabalho docente, mas na outra ponta, ainda há muito por fazer. Essa situação ficou evidente durante a pandemia que escancarou “a desigualdade e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e professores de colégios públicos – acesso limitado à *internet*, falta de computadores e de espaço em casa, problemas sociais, sobrecarga de trabalho docente e baixa escolaridade dos familiares”^{xv}. Tais desigualdades e problemas já existiam, mas a pandemia as fez ainda mais perceptíveis.

No entanto, as escolas têm se estruturado como o mínimo necessário para que o professor ou a professora possa se utilizar das ferramentas digitais para o uso pedagógico sem a necessidade que o aluno ou a aluna possuam aparelhos com acesso à *internet*. Refiro-me à possibilidade pedagógica do uso dos fixos virtuais – sites que disponibilizam arquivos históricos digitalizados e que podem ser ferramentas de uso em sala de aula.

Uma vez adquiridos através de *downloads*, tais arquivos podem ser inseridos na construção das aulas. Outra possibilidade é uso em sala pelo professor ou professora, bastando que a escola disponibilize um computador com acesso à *internet* e projetor para que todos e todas possam acompanhar o acesso e os documentos escolhidos para serem trabalhados. A impressão de tais documentos também poderá ser uma estratégia didática adotada para que os mesmos possam ser analisados e debatidos. A perspectiva anunciada, inclusive, pode ser utilizada para outra discussão, diferente da que propomos, mas conforme Marcella Albaine^{xvi} o fez, ou seja, o debate sobre a cultura digital a partir de suportes não digitais.

Outras várias têm sido as experiências do ensino de história a partir dos fixos virtuais, tais como, os museus virtuais ou *cibermuseus*, canais no *Youtube*, sites, dentre outras possibilidades. Como destacam, Melo e Meneses:

Já não é mais novidade que não se aprende História somente na escola. Se antes se aprendia também com o rádio, jornais impressos e televisão, agora a rede mundial de computadores deixa-nos evidente que muito do que se faz na sala de aula da Educação Básica os estudantes encontram com alguns cliques sem precisar sair de casa. Podemos dizer que há uma história carregada nas mãos dos estudantes que se infiltra na sala de aula e, em boa medida, se sobrepõe ao trabalho do professor. Nos vídeos do Youtube, podemos encontrar vários canais cuja promessa principal é que você vai “aprender rápido a História” com os resumos de “cinquenta minutos em cinco” ou no canal “descomplica” com mais de três milhões e cem mil inscritos, com vários vídeos sobre diversos assuntos em todas as disciplinas, entre elas a História, geralmente na forma de “resumão”.^{xvii}

Hoje em dia os estudantes têm uma infinidade de informações na palma da mão – os telefones celulares, oriundas das comunicações que circulam nas redes sociais, mensagens disparadas em *Whatsapp* ou no *Youtube*. A questão a se pensar é, quem produz tais informações, qual a intenção e sua veracidade. Muitas dessas informações têm circulado sem que sejam formuladas por especialistas no assunto ou sem o acompanhamento dos mesmos e isso acaba gerando alguns equívocos sobre o tema apresentado. Outro aspecto, é que muitas vezes, transmitir uma informação falsa, seja o principal objetivo.

Daí a necessidade da relação do ensino de história com tais questões, sobretudo atuando e produzindo conteúdos no mundo digital. José D’Assunção Barros faz um apelo aos historiadores que acrescento aos professores e professoras de História: “é hora [...] de transferir aos cidadãos das sociedades digitais contemporâneas uma maior capacidade crítica, que os habilite a lidar de

maneira mais adequada com os discursos e informações do seu próprio tempo contemporâneo^{XXVIII}. Isto se caracteriza com um apelo para que tenhamos nas humanidades uma atuação com mais frequência na produção de conteúdos digitais.

Para tanto, seja na sala de aula, seja no ambiente digital, as ações da denominada história pública, tem nos apontado os caminhos para possíveis debates e formas de agir.

O ensino de história e as fontes em fixos virtuais: guia de acesso e uso do SIAN

Com relação ao ensino de história e a relação com o meio digital, Maynard^{XIX} destacou duas dificuldades que devem ser levadas em consideração, quais sejam: a qualidade do registro na *internet* e a durabilidade da sua existência.

O trabalho de ensino de história e sua relação com a cultura digital, de fato, precisa estar atento as possibilidades e dificuldades que o mundo digital nos oferece. Informações, imagens, documentos, dentre tantas outras informações, distorcidas, comprometem sua qualidade. A interação permitida, por exemplo, como acontece com a *Wikipédia*, onde as informações que ali constam são editadas pelo próprio internauta sem a verificação da sua confiabilidade, comprometem as mesmas.

Sobre a durabilidade dos registros na rede mundial de computadores, a tecnologia digital tem promovido mudanças em seus ambientes que os tornam obsoletos em ritmo cada vez mais acelerado. Registros do *MS-DOS* não podem mais serem acessados via *windows*, sites retirados do ar, o fim do *Orkut* - rede social antecessora do *Facebook*, são alguns exemplos dos riscos para quem tem na *internet* um ambiente de pesquisas. Muito embora, algumas estratégias como os *prints*, sejam utilizados como meio para salvaguardar e registrar tais informações, não se pode negar aí uma dificuldade existente.

Sejam os limites citados, sejam as possibilidades apresentadas, é certo que vivemos em plena sociedade digital e não podemos negligenciar o ensino de história tendo em vista tal realidade.

Sendo assim, uma das ferramentas que podem auxiliar neste processo são os fixos virtuais – como os sites que disponibilizam documentos digitalizados. D'Assunção Barros^{xx}, assim se referiu utilizando conceito de fixos e fluxos de Milton Santos para o espaço urbano, donde os fixos se referem aos aspectos estáticos da cidade, como os prédios: bancos, lojas, os mais variados edifícios. Pensados para o ciberespaço, os fixos se referem a *sites*, plataformas digitais que hospedam informações. A interação no ambiente digital, como os *chats*, por exemplo, nesta perspectiva, é denominada fluxos virtuais.

Almeida^{xxi} chama atenção para a diferença entre os documentos do ambiente digital, ou seja, os primários digitalizados e os primários digitais. O primeiro, trata-se de documentos físicos escaneado, ou seja, digitalizado e colocado à disposição de consulta em um determinado *site*. O segundo, diz respeito aos registros provenientes de informações, mensagens, opiniões, dentre outros, publicados na rede de internet, através de vídeos no *Youtube*, *chats* de redes sociais, artigos em jornais digitais etc.

Para se adequar à realidade das novas regulamentações sobre os acervos de instituições públicas existente no país, sobretudo a partir da Lei de Acesso à informação de 18 de novembro de 2011^{xxii}, o Governo do Estado de Pernambuco estabeleceu alguns decretos para melhorar o acesso aos documentos reconhecidos como relevantes à recuperação de fatos históricos de maior relevância, dentre os quais: o Decreto nº 7.724, de 2012, que regulamentou a Lei de Acesso a Informações; O Decreto Nº 38.787, de 30 de outubro de 2012, que regulamentou a Lei Nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que tratou sobre o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual. Além de impulsionar a

pesquisa sobre arquivos pouco acessíveis, a partir de 2011 se verificou um número cada vez maior de criação de sites que passaram a disponibilizar uma série de documentos digitalizados em poucos cliques, tal como o SIAN.

O Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, conforme descrito em seu site, “é o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo custodiado pelo Arquivo Nacional. Dois módulos de SIAN acham-se disponíveis ao público: Fundos e Coleções e MAPA”^{xxiii}. Sobre o setor de fundos e coleções:

Oferece a possibilidade de explorar a potencialidade do acervo custodiado pela instituição em até cinco níveis de detalhamento (níveis de descrição). Tratam-se de papéis, mapas, plantas, filmes, vídeos, discos, fitas, documentos nato-digitais, fotografias, cartazes, desenhos e objetos etc., apresentados aplicando-se a metodologia da descrição multinível.^{xxiv}

Já a Memória da Administração Pública – MAPA,

Oferece a sistematização de atos legais (entre leis, decretos e portarias) que criaram, extinguiram, transformaram, organizaram e reorganizaram a estrutura e o funcionamento de órgãos da administração colonial, da administração central e da administração pública federal, do século XVI ao XX.^{xxv}

O SIAN, tem como objetivo “garantir o acesso a informações, direito este já garantido pela Constituição Federal de 1988, dando a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”^{xxvi}.

Pois bem, a partir do acesso a tais informações no mencionado portal eletrônico, é possível construir aulas sobre a ditadura militar brasileira a partir da documentação digitalizada disponível em tal fixo virtual.

O fixo virtual do Arquivo Nacional disponibiliza um amplo corpus documental, alguns dos quais, prontuários, informações, recortes de jornais,

pedidos de buscas e apreensão, relatórios, telegramas e históricos da atuação dos considerados subversivos pelos órgãos de repressão, organizados em dossiês.

O governo ditatorial que se instaurou no Brasil após o golpe de 1964, criou uma rede de informações aparelhada que alimentava e apoiava as investigações em todos os espaços do território brasileiro. Para isso, reaparelhou órgãos já existentes e os fortaleceu com a participação das Forças Armadas, a partir de seus Centros de Informações.

Na esfera estadual, a Secretaria de Segurança Pública, através do DOPS e DOI-CODI, era responsável pela coleta de informações nas delegacias de polícia dos municípios. Essas eram remetidas à Polícia Federal, que acompanhava o trabalho das Secretarias de Segurança Pública. Dependendo do caso, elas tinham destinos específicos, ou para mais de um Centro de Informação, como o Centro de Informações da Marinha - CENIMAR, o Centro de Informações do Exército - CIE, o Centro de Informações da Aeronáutica - CISA e o Centro de Informações do Exterior - CIEEX.

As informações sobre os "subversivos", acolhidas nos referidos centros, eram repassadas para o Serviço Nacional de Informações - SNI, órgão que estava abaixo apenas da presidência. Estava assim organizada a comunidade de informações no Brasil, conforme Paulo César Gomes, "o conjunto de órgãos de informações civis e militares então em funcionamento no período da ditadura militar"^{xxvii}.

Para ter acesso às informações que constam no SIAN, é necessário criar um cadastro simples e depois o acesso é liberado. Para o professor e a professora de História da educação básica, torna-se uma opção didática o uso de tal ferramenta para trabalhar a dinâmica de estudos em sala de aula sobre a ditadura brasileira entre 1964 e 1985, seu conteúdo em si, músicas censuradas, o funcionamento do órgãos de repressão, a produção de documentos para

incriminar os opositores da ditadura – denominados subversivos, trabalhar a ideia de memória e a metodologia da histórica na perspectiva de análise crítica dos documentos, para citar alguns pontos.

Pensando aqui o arquivo como lugar social^{xxviii}, sem obediência cega a seu poder absoluto, mas o admitindo como condição da história. E, para que não façamos do documento, monumento, como nos ensina Le Goff^{xxix}, daí o porquê da necessidade de uma análise qualitativa do texto e crítica das fontes, onde:

Identificar com precisão a simbologia contida em um texto escrito implica, em um primeiro momento, estabelecer o contexto histórico do documento, não apenas definindo as relações entre seus conteúdos e a época em que o mesmo foi produzido, como também reconhecendo o(s) seu(s) autor(es).^{xxx}

Também nessa perspectiva, Barros assinala que “a riqueza de qualquer texto está no fato de que ele é simultaneamente um objeto de significação e um objeto de comunicação cultural entre sujeitos”^{xxxi}. O mesmo está se referindo à tríplice abordagem do documento, ou seja, em si na sua dimensão interna (intratexto), da relação entre fontes (intertexto) e da relação do documento com a realidade que o produziu (contexto).

Ao trabalharmos com fontes de regimes repressivos, questionar os documentos e estabelecer a análise tríade: intratexto-intertexto-contexto, é condição essencial para o bom desempenho da pesquisa e seus resultados. Conforme Bauer e Gertz, “tornar-se imprescindível estar atento às sutilezas que essas fontes possuem, e às evidências que trazem subentendidas”^{xxxii}. Mas, se por um lado, o nível de exigência em problematizar tais fontes que compreendem o nosso recorte temporal é alto, analisar os anos 1964-1985, garante-nos outras tantas possibilidades para o ensino de história através do ambiente digital e com

um nível de veracidade maior – desde que com a análise crítica das fontes que fizemos referência, do que as informações que normalmente circulam na rede.

Uma vez cadastrado no SIAN, a página de acesso às informações tem o seguinte layout:

Imagem 1 – Página de buscas do SIAN

Fonte: <https://sian.an.gov.br>.

Conforme a imagem, o sistema de busca do SIAN é simples. Basta digitar o termo da pesquisa que aparecerá as pastas digitalizadas disponíveis com a numeração contendo o fundo de origem que faz referência ao órgão que a produziu ou por onde a referida informação circulou. O termo usado na busca poderá ser o nome de algum indivíduo perseguido pela ditadura, alguma música censurada, o nome de algum artista, grupo ou movimento.

Além das siglas que corresponde ao fundo da informação, em seguida há um resumo sobre o que se trata o material digitalizado disponível. Ao clicar, a próxima página trará as seguintes informações:

Imagem 2 – 2ª página do SIAN que contém a descrição resumida do documento:

FONTE: <https://sian.an.gov.br>.

Seguindo o procedimento de acesso à documental digital disponível, a segunda página corresponde à descrição resumida da informação: o fundo, a seção, a série e o tipo do documento em questão que, na situação especificada, trata-se de um dossiê. Na referida imagem, também é possível verificar o termo: arquivo digital, ao clicar sobre o mesmo, a informação será aberta e ficará disponível para consulta ou download, conforme segue:

Imagem 3 – Documento digital disponível no SIAN

Fonte: Arquivo SIAN, acesso e seleção do autor, via: <https://sian.an.gov.br>.

Além do conteúdo da informação que poderá ser trabalhada em sala de aula, é possível também tratar do modelo de informação elaborada em tal período.

Normalmente as informações que circulavam entre os Centros de Informações da ditadura brasileira, tinham o perfil descrito na imagem, qual seja, o grau de sigilo, a data da informação, o assunto, a referência, a avaliação, a difusão e o conteúdo em si.

No exemplo do quadro 3, o grau de sigilo é confidencial, a informação foi produzida em 21 de fevereiro de 1983, a referência diz respeito a um pedido de busca, o assunto diz respeito a dados sobre as pastorais, a avaliação é A 1 e a difusão apresenta a seguinte sigla: SI/SR/DPF/PR. Sobre as siglas, A 1 em avaliação, trata do grau de confiabilidade do agente que produziu a informação, sendo o citado o mais alto nível de confiança e a sigla de difusão trata por onde a documentação circulou, ou seja, o Departamento de Polícia Federal do Paraná. Tais questões, conforme destacamos, é possível também ser trabalhado nas aulas de histórias para melhor conhecimento sobre os detalhes de tais documentos, sobretudo ao se tratar de aulas no Ensino Médio para que possa atender a umas das habilidades da matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que discorre sobre a comparação entre pontos de vista expressos em diferentes fontes.

Sendo assim, conforme a importância descrita na Competência 5 da Matriz de Referência de Ciências Humanas para o ENEM – utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade, o trabalho em tela busca alertar para a emergência de tal perspectiva no ensino de história, a partir da disponibilidade de arquivos digitais nos fixos virtuais, no caso específico, o portal eletrônico do Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Considerações

Tendo em vista que, a virada digital^{xxxiii} tornou ainda mais necessário um ambiente de sala de aula para o ensino de história que esteja conectado com os novos desafios didáticos e pedagógicos que se impõem, faz-se necessário a utilização de estratégias que respondam a tal realidade.

Para tanto, dentre as várias possibilidades, a utilização dos fixos virtuais, tal qual o uso dos documentos digitalizados, disponíveis no portal eletrônico do Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, é uma ferramenta a ser utilizada sobretudo para a discussão sobre a ditadura militar no Brasil.

Com dos documentos digitalizados que o SIAN dispõe, o ensino de história, especialmente sobre o tema da ditadura militar, ganha novos contornos. Fatos antes duvidosos, com a criação da Comissão Nacional da Verdade, tornaram-se verídicos e comprobatórios. Muitos desses documentos podem ser encontrados de forma digitalizada na *internet*. Mais, com o crescente negacionismos do tempo recente, tal possibilidade passou a ser uma ferramenta importante para o debate que se opõe às narrativas negacionistas.

Portanto, consideramos importantes os usos dos fixos virtuais como instrumento pedagógico, especialmente para atender as necessidades do diálogo da sala de aula com o universo digital, tal qual identificamos no trabalho em tela a partir de arquivos digitalizados e disponibilizados pelo SIAN.

Notas

ⁱ “O que gera a civilização digital não é propriamente a tecnologia digital (ou somente isto), mas seu espraiamento”. BARROS, José D’Assunção. Revolução digital, sociedade digital e História, p. 32. IN: BARROS, José D’Assunção (org.). História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. Petrópolis, RJ: Vozes. 2022.

ⁱⁱ PERNAMBUCO. Lei nº 15.507, de 21 de maio de 2015. Recife – PE. Assembleia Legislativa de Pernambuco. 2015, maio.

ⁱⁱⁱ BARROS, op. cit., p. 99.

- ^{IV} COUTO NETO, Geraldo Homero do. A nova direita no Youtube: conservadorismo e negacionismos histórico sobre a ditadura militar brasileira. *Revista Ágora: Vitória*, n. 29. 2019, p. 83-103.
- ^V RODRIGUES, Leonardo. "1964: O Brasil Entre Armas e Livros": o que o filme que ameniza ditadura tenta mudar. Portal Uol: São Paulo, 2019.
- ^{VI} BARROS, op. cit., p. 35.
- ^{VII} DARNTON, Robert apud TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 308.
- ^{VIII} CHARTIER, Roger apud TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 309.
- ^{IX} LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, p. 91.
- ^X O ciberespaço [...] é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. LÉVY, Pierre apud MAYNARD, Dilton. *Aprender história pela Internet*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza. 2009, p. 01.
- ^{XI} ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Revista Aedos: Rio Grande do Sul*, Num.8, vol. 3, Janeiro – Junho 2011, p. 11.
- ^{XII} Colaboradores: Assessoria de Comunicação Social do Inep. *Censo Escolar: Pesquisa revela dados sobre tecnologias nas escolas*. Acesso, em: 21/12/2023.
- ^{XIII} Portal G1. Em 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE. 14 de abril de 2019. Acesso, em 22/12/2023.
- ^{XIV} TENENTE, Luiza. Sem internet, merenda e lugar para estudar: veja obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19. Portal G1. 05 de maio de 2020. Acesso, em: 22/12/2023.
- ^{XV} *Ibidem*.
- ^{XVI} COSTA, Marcella Albaine Farias da. *Ensino de história e historiografia escolar digital*. Curitiba: editora CRV. 2021.
- ^{XVII} MELO, Francisco Egberto de; MENESES, Sonia. Toda a História em cinco minutos! História pública e ensino – considerações sobre o passado ensinado no Youtube. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 346.
- ^{XVIII} BARROS, op. cit., p. 99.
- ^{XIX} MAYNARD, Dilton. *Passado eletrônico: notas sobre história digital*. *Revista Acervo: Rio de Janeiro*, v. 29, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2016 – p. 109.
- ^{XX} BARROS, op. cit.,
- ^{XXI} "Os documentos primários digitais, aqueles existentes exclusivamente na internet, tais como sites e blogs, e os documentos primários digitalizados, esses são digitalizações de fontes já existentes". O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *AEDOS – Revista do Corpo Discente do PPGHistória da UFRGS*, v.3, n. 8, p. 9 – 30, jan./jun. 2011.

- ^{XXII} A LAI, tem o objetivo de garantir o acesso a informações, direito este já garantido pela Constituição Federal de 1988, dando a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.
- ^{XXIII} Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Site: <https://sian.an.gov.br>. Acesso, em: 26 de dezembro de 2023.
- ^{XXIV} Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Site: <https://sian.an.gov.br>. Acesso, em: 26 de dezembro de 2023.
- ^{XXV} Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Site: <https://sian.an.gov.br>. Acesso, em: 26 de dezembro de 2023.
- ^{XXVI} Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Site: <https://sian.an.gov.br>. Acesso, em: 26 de dezembro de 2023.
- ^{XXVII} GOMES, Paulo César. Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 98.
- ^{XXVIII} RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2007, p. 177.
- ^{XXIX} LE GOFF, 2013.
- ^{XXX} SAMARA, Enil de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira T. História e Documento e Metodologia de Pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010, p. 121-122.
- ^{XXXI} BARROS, José D'assunção Barros. O Campo da História: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- ^{XXXII} BAUER, Caroline Silveira e GERTZ, René E. Arquivos de Regimes Repressivos: fontes sensíveis da História recente. IN: PISNKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (Org.) O Historiador e Suas Fontes. São Paulo: Contexto. 2012, p. 190.
- ^{XXXIII} Termo de Anita Lucchesi para indicar o processo de transição da cultura analógica para a cultura digital. LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. Boletim Historiar, n. 02, mar. /abr. 2014, p. 45-57.

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista Aedos**: Rio Grande do Sul, Num.8, vol. 3, 2011.

Assessoria de Comunicação Social do Inep. **Censo Escolar**: Pesquisa revela dados sobre tecnologias nas escolas. Acesso, em: 21/12/2023.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de Regimes Repressivos: fontes sensíveis da História recente. IN: PISNKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (Org.) **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Contexto. 2012, p. 173-194.

BARROS, José D'Assunção (org.). **História Digital**: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. Petrópolis, RJ: Vozes. 2022.

BARROS, José D'assunção Barros. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

COUTO NETO, Geraldo Homero do. A nova direita no Youtube: conservadorismo e negacionismos histórico sobre a ditadura militar brasileira. **Revista Ágora**: Vitória, n. 29. 2019, p. 83-103.

COSTA, Marcella Albaine Farias da. **Ensino de história e historiografia escolar digital**. Curitiba: editora CRV. 2021.

DARNTON, Robert apud TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. **Boletim Historiar**, n. 02, mar. /abr. 2014, p. 45-57.

MAYNARD, Dilton. Aprender história pela Internet. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza. 2009.

MAYNARD, Dilton. Passado eletrônico: notas sobre história digital. **Revista Acervo**: Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2016 – p. 109.

MELO, Francisco Egberto de; MENESES, Sonia. Toda a História em cinco minutos! História pública e ensino – considerações sobre o passado ensinado no *Youtube*. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 346-360.

PERNAMBUCO. Lei nº 15.507, de 21 de maio de 2015. Recife – PE. **Assembleia Legislativa de Pernambuco**. 2015, maio.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2007.

RODRIGUES, Leonardo. **1964**: O Brasil Entre Armas e Livros: o que o filme que ameniza ditadura tenta mudar. Portal Uol: São Paulo, 2019.

SAMARA, Enil de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História e Documento e Metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Recebido: 15/01/2024
Aprovado: 20/03/2024
Publicado: 17/09/2024